



23 de setembro de 2022
CONTAS NACIONAIS ANUAIS (BASE 2016)
2020 (final) e 2021 (provisório)

EM 2021 O PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) ASCENDEU A 214,5 MIL MILHÕES DE EUROS

Em 2021, o PIB ascendeu a 214,5 mil milhões de euros, o que representou um crescimento nominal de 7,0%, depois da forte contração (-6,5%) registada em 2020, ano marcado pelos efeitos da pandemia COVID-19. Todas as grandes componentes da despesa aumentaram significativamente em 2021, destacando-se o crescimento em volume das Exportações de Bens e Serviços que atingiu 13,5%.

O Valor Acrescentado Bruto (VAB) aumentou 6,3% em termos nominais e 4,9% em volume, compensando parcialmente as evoluções negativas observadas em 2020 (-5,8% e -7,8%, pela mesma ordem). São de destacar os ramos do *Alojamento e Restauração e Transportes e Armazenagem* que apresentaram as maiores taxas de crescimentos em volume (+11,1% e +9,4%, respetivamente), ainda assim insuficientes para recuperarem das fortes quebras registadas em 2020 (-43,1% e -27,6%) – para uma comparação do desempenho dos vários ramos face ao período pré-pandemia (2019), ver caixa no fim da primeira secção deste destaque.

O Rendimento Nacional Bruto (RNB) aumentou 7,3% em 2021, após uma diminuição de 5,5% em 2020. A taxa de poupança das famílias decresceu para 9,8%, menos 2,1 p.p. do que no ano anterior, refletindo a forte recuperação do consumo privado. A economia apresentou uma capacidade de financiamento de 0,5% do PIB, que contrasta com a necessidade de financiamento de -0,2% registada em 2020.

Neste destaque divulgam-se os resultados anuais finais de 2020 e provisórios de 2021 das Contas Nacionais Portuguesas.

A compilação da versão final das Contas Nacionais baseia-se em fontes de informação de natureza mais sólida e completa que as versões anteriormente divulgadas, diferenciando-se da versão provisória principalmente pelo elevado grau de detalhe, quer ao nível da compilação, tratamento e análise da informação de base, quer em termos do quadro geral de equilíbrio entre oferta e procura de bens e serviços (127 ramos de atividade económica X 433 produtos), a preços correntes e a preços do ano anterior, com que são construídas.

Relativamente à conta anual provisória de 2020, a conta final não implica revisões significativas nos principais resultados, sendo o PIB nominal revisto em +0,2 pontos percentuais (p.p.) (+0,1 p.p. em volume e +0,1 p.p. no deflator).

Comparativamente com os resultados preliminares, os resultados provisórios para 2021 refletem agora, além dos impactos diretos decorrentes da compilação dos resultados finais de 2020, informação mais desenvolvida sobre o setor das Administrações Públicas, a inclusão de dados revistos referentes ao comércio internacional de bens e serviços e, sobretudo, a incorporação, pela primeira vez, dos dados da Informação Empresarial Simplificada (IES) referentes a 2021, reportados pelas empresas em julho de 2022. Em consequência, a revisão



é mais significativa (+1,4% em valor, +0,6 p.p. em volume e 0,8 p.p. em deflador) face aos dados anteriormente divulgados. Na segunda secção deste destaque apresentam-se em detalhe as revisões dos resultados das Contas Nacionais.

Como habitualmente, a reconciliação com as contas anuais agora disponíveis determina igualmente a revisão da série de contas trimestrais, que são disponibilizadas no sítio de internet do INE e estão contempladas no destaque das contas trimestrais por setor institucional, também divulgado hoje.

Além dos quadros em anexo a este destaque, é possível aceder a informação adicional na área de Contas Nacionais do Portal do INE: https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_cnacionais.

I – Principais resultados da Conta Anual Final de 2020 e da Conta Anual Provisória de 2021

O PIB estimado para 2021 atingiu 214 471 milhões de euros

Depois da forte contração em 2020, o PIB estimado para 2021 aumentou 7,0%, para 214 471 milhões de euros, superando ligeiramente o valor do PIB de 2019, antes da pandemia. Ao aumento nominal de 7,0% (-6,5% em 2020) corresponde uma variação real de 5,5% (-8,3% em 2020) e um aumento no deflador implícito de 1,4% (2,0% em 2020).

Figura 1. Produto Interno Bruto e suas componentes - ótica da Despesa

			Variação em valor (%)		Variação em volume (%)	
	2020	2021	2020	2021	2020	2021
Despesa de consumo final residentes	166 485	176 603	-4,2	6,1	-5,3	4,6
Despesa de consumo final das famílias e ISFLSF (1)	128 445	136 249	-6,5	6,1	-6,9	4,7
Despesa de consumo final das AP (2)	38 040	40 354	4,4	6,1	0,4	4,6
Formação bruta de capital	38 332	44 265	-3,3	15,5	-4,8	10,1
da qual: Formação bruta de capital fixo	38 510	43 588	-0,8	13,2	-2,2	8,7
Exportações de bens e serviços	74 286	89 207	-20,4	20,1	-18,8	13,5
Exportação de bens (FOB) (3)	54 157	64 768	-13,6	19,6	-11,4	11,3
Exportação de serviços	20 129	24 440	-34,2	21,4	-33,8	19,5
Importações de bens e serviços	78 585	95 604	-14,9	21,7	-11,8	13,3
Importação de bens (FOB) (3)	66 182	79 974	-13,6	20,8	-10,0	12,9
Importações de serviços	12 403	15 631	-21,1	26,0	-20,5	15,7
Contributos, líquidos de importações, para a variação do PIB						
Despesa de consumo final das famílias e ISFLSF (1)			-1,9	1,7	-2,5	1,5
Despesa de consumo final das AP (2)			0,7	0,9	0,0	0,7
Formação bruta de capital			0,1	1,2	-0,3	0,8
Exportações de bens e serviços			-5,4	3,2	-5,5	2,4
Produto Interno Bruto a preços de mercado	200 519	214 471	-6,5	7,0	-8,3	5,5

1) ISFLSF – Instituições Sem Fim Lucrativo ao Serviço das Famílias (2) AP – Administrações Públicas (3) FOB – “Free on Board”.



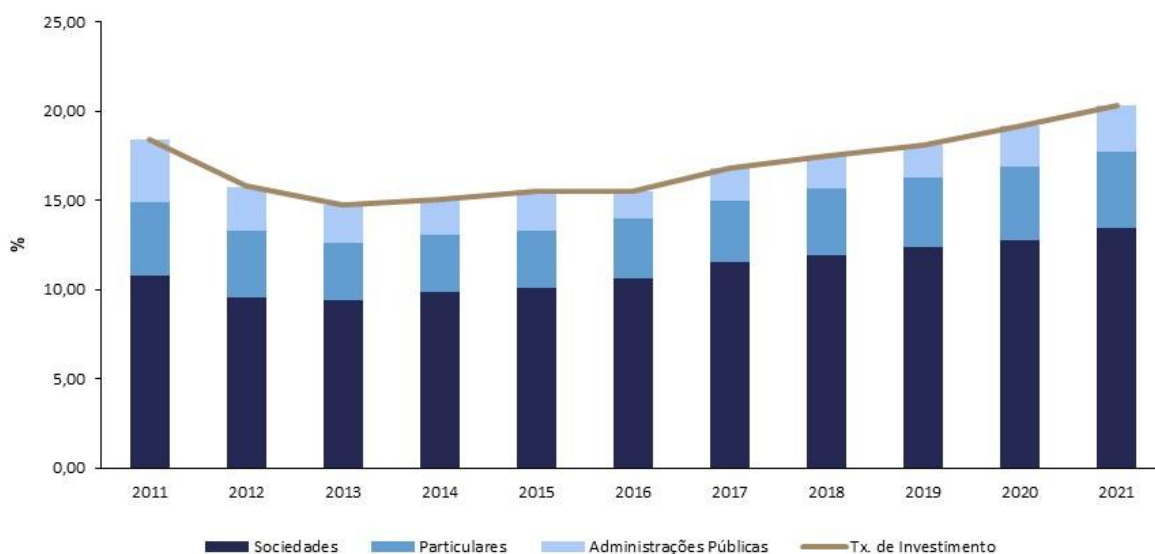
Em 2021 todas as componentes da Despesa cresceram em volume, sendo de destacar as Exportações de Bens e Serviços e a Despesa de Consumo Final das Famílias, com contributos¹ de 2,4 p.p. e 1,5 p.p. (-5,5 p.p. e -2,5 p.p. no ano anterior). Estes dois agregados foram responsáveis por 72% do crescimento em volume do PIB. O investimento contribuiu com 0,8 p.p. (-0,3 p.p. em 2020) e a Despesa de Consumo Final das Administrações Públicas com 0,7%, depois do contributo nulo em 2020.

As Exportações de Bens e Serviços aumentaram expressivamente (20,1%), depois da forte contração de 20,4% em 2020, sendo de destacar o crescimento das Exportações de Serviços (21,4%), em grande medida devido à atividade turística, que iniciou a recuperação depois da variação muito negativa observada no ano anterior.

A taxa de investimento na economia, medida pelo rácio entre a Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) e o PIB, atingiu 20,3% em 2021, mais 1,1 p.p. que no ano anterior, como resultado dos aumentos de 13,2% e 7,0% da FBCF e do PIB nominal, respetivamente.

O aumento da FBCF da economia em 2021 foi determinado sobretudo pela FBCF das Sociedades, que cresceu 12,8% (-3,7% em 2020). A FBCF das Famílias² aumentou 11,1% em 2021, após a contração de -0,8% em 2020.

Figura 2. Taxa de investimento por setor institucional (% do PIB)



¹ Os contributos para o crescimento do PIB apresentados correspondem a contributos líquidos de importações calculados com base no sistema de matrizes [Input-Output](#), compilado para 2017.

² Famílias e Instituições Sem Fim Lucrativo ao Serviço das Famílias



Em 2021, o Valor Acrescentado Bruto (VAB) aumentou 4,9% em termos reais

Após a diminuição de 7,8% em 2020, o VAB registou um aumento de 4,9% em volume. Como se pode observar na figura 3, com exceção do VAB do ramo de atividade dos *outros serviços* (-3,3%), onde se incluem nomeadamente as atividades culturais, desportivas, recreativas e serviços pessoais, todos os ramos contribuíram de forma positiva para o crescimento do VAB. Depois da forte contração verificada no ano anterior, as atividades de *alojamento e restauração* e os *transportes e armazenagem* apresentaram as maiores recuperações em 2021, com crescimentos de 11,1% e 9,4%, respetivamente, e contributos de 0,4 p.p. cada. Contudo, os maiores contributos absolutos para o crescimento do VAB tiveram origem nos ramos da *administração pública, saúde e educação* (0,9 p.p.), com crescimento de 4,4%, e o *comércio e reparação automóvel* (0,6 p.p. de contributo e uma variação de 4,9%). De realçar ainda o expressivo aumento dos impostos líquidos de subsídios sobre os produtos, com variações de 10,0% e 12,3% em volume e valor, respetivamente, determinado sobretudo pelo aumento da receita do IVA, que aumentou 12,2% em valor.

Figura 3. Produto Interno Bruto e suas componentes - ótica da Produção

	Valor (10 ⁶ €)		Variação em valor (%)		Variação em volume (%)	
	2020	2021	2020	2021	2020	2021
Valor Acrescentado Bruto	174 768	185 730	-5,8	6,3	-7,8	4,9
Agricultura, silvicultura e pesca	4 359	4 698	-2,6	7,8	-3,2	5,8
Indústria e energia	30 603	33 225	-5,2	8,6	-7,3	5,9
Construção	8 298	8 939	2,6	7,7	0,1	4,6
Comércio e reparação automóvel	22 825	24 243	-6,0	6,2	-7,0	4,9
Alojamento e restauração	6 334	6 898	-44,1	8,9	-43,1	11,1
Transportes e armazenagem	6 936	7 668	-26,2	10,5	-27,6	9,4
Serviços de informação e comunicação	7 752	8 416	8,5	8,6	7,7	6,8
Finanças e seguros	9 229	9 295	1,3	0,7	1,4	3,0
Imobiliárias	23 465	24 429	1,1	4,1	-2,3	1,6
Outros serviços prestados às empresas	14 662	15 718	-4,7	7,2	-6,2	6,4
Administração pública, saúde e educação	35 631	37 636	0,7	5,6	-3,2	4,4
Outros serviços	4 674	4 566	-14,0	-2,3	-15,4	-3,3
Impostos líquidos de subsídios aos produtos	25 751	28 909	-10,7	12,3	-11,6	10,0
Discrepância		- 168				
Produto Interno Bruto	200 519	214 471	-6,5	7,0	-8,3	5,5



Em 2021 as horas trabalhadas aumentaram 3,1% após uma redução acentuada em 2020 (8,6%)

Em 2020, o emprego total, medido em unidades equivalentes a tempo completo (ETC)³, diminuiu 2,2%, situação que não se verificava desde 2013. Para esta diminuição contribuíram, essencialmente, os ramos da *restauração e alojamento; indústria; e serviços prestados às empresas*, com variações de -10,0%, -3,0% e -4,0%, respetivamente. Em sentido oposto, os ramos dos *serviços não mercantis; serviços de informação e comunicação; e construção* apresentam crescimento do emprego, com variações de 1,6%, 5,4% e 2,1%, respetivamente. Esta diminuição medida em ETC superou ligeiramente a diminuição dos indivíduos empregados (-1,8%). Relembre-se que em 2020 estiveram em vigor diversas medidas de apoio à manutenção do emprego, como o lay-off. Com efeito, a maior contração do emprego verifica-se quando este é medido em horas trabalhadas, com -8,6%.

Em 2021, o emprego, medido em número de indivíduos, aumentou 1,9% (-1,8% em 2020) tendo as horas trabalhadas aumentado 3,1%, depois da diminuição acentuada no ano anterior de 8,6%.

As remunerações, que tinham estagnado em 2020, na sequência da redução de 1,4% dos ETC remunerados e do aumento de 1,5% na remuneração média, apresentaram um crescimento de 6,0% em 2021. Este crescimento resulta de um aumento no emprego remunerado por indivíduo de 1,8%, conjugado com um aumento na remuneração média de 4,1%.

É de salientar também que, pela primeira vez desde 2013, os subsídios à produção foram superiores ao valor dos impostos, em consequência das medidas de incentivo à recuperação económica e apoio ao lay-off simplificado, que fizeram aumentar de forma expressiva os subsídios pagos às empresas.

O Excedente Bruto de Exploração (EBE) das Sociedades não Financeiras (SNF) aumentou 14,6% em 2021, traduzindo o crescimento de 9,6% do VAB do sector, 7,5% das remunerações pagas e 33,8% dos subsídios líquidos de impostos à produção. A taxa de margem operacional⁴ aumentou 2,7 p.p. face ao ano anterior, atingindo 23,0% em 2021, ainda aquém do valor de 26,2% registado em 2019.

³ A variável ETC apenas é compilada com a versão final das Contas Nacionais.

⁴ Obtida pelo rácio entre o Excedente Líquido de Exploração e o Valor Acrescentado Líquido.



Figura 4. Emprego, remunerações e produtividade

	2020	2021	Taxas de variação (%)	
			2020	2021
VAB (10⁶ €)				
Preços correntes	174 768	185 730	-5,8	6,3
Preços do ano anterior	171 093	183 250	-7,8	4,9
Emprego				
Horas (10 ⁶)	8 564	8 827	-8,6	3,1
ETC (10 ³)	4 701	-	-2,2	-
Indivíduos (10 ³)	4 865	4 959	-1,8	1,9
Emprego Remunerado				
Horas (10 ⁶)	7 365	7 639	-7,9	3,7
ETC (10 ³)	4 115	-	-1,4	-
Indivíduos (10 ³)	4 198	4 275	-1,5	1,8
Remunerações (10⁶ €)	97124	102 947	0,0	6,0
Ordenados e salários (10⁶ €)	75 498	80 062	0,1	6,0
Impostos líquidos de subsídios à produção (10⁶ €)	-1 628	-2 475		
Excedente/Rendimento misto bruto (10⁶ €)	79 273	85 257	-9,2	7,5
Remuneração média anual (€)				
Horas	13,2	13,5	8,6	2,2
ETC	23 602	-	1,5	-
Indivíduos	23 136	24 083	1,5	4,1
Ordenados e salários médios anuais (€)				
Horas	10,3	10,5	8,7	2,2
ETC	18 347	-	1,5	-
Indivíduos	17 985	18 729	1,6	4,1
Variação real da produtividade do trabalho				
Horas			0,9	1,7
ETC			-5,7	-
Indivíduos			-6,1	2,9
Variação dos custos de trabalho por unidade produzida				
Horas			7,7	0,5
ETC			7,6	-
Indivíduos			8,1	1,2

Em 2020 a produtividade aumentou 0,9% e os custos unitários do trabalho por unidade produzida aumentaram 7,6%

Em 2020, a produtividade do trabalho aumentou 0,9%, em resultado da diminuição de 8,6% do emprego, medido em horas trabalhadas, e redução do VAB em 7,8%. No entanto, este indicador oscila significativamente em função da variável utilizada para medir o volume de trabalho. Como referido, em 2020, na sequência das situações de lay-off, o emprego medido em horas trabalhadas diminuiu mais intensamente (-8,6%) que o medido em ETC (-2,2%) ou em indivíduos (-1,8%). Consequentemente, os resultados para variação da produtividade assumem comportamentos muito distintos, diminuindo -5,7% se referenciada aos ETC e -6,1% tendo por base aos indivíduos.



Como se pode ver na figura anterior, em 2021 a produtividade aumenta 1,7% se medida com base nas horas trabalhadas (o indicador mais adequado) e 2,9% se medida com base nos indivíduos.

A variação de 1,5% da remuneração média dos ETC, conjugada com a diminuição da produtividade, conduziram ao aumento de 7,6% dos custos unitários do trabalho por unidade produzida em 2020. Este aumento é indissociável das medidas de políticas públicas de apoio ao rendimento e emprego, nomeadamente o regime do lay-off simplificado. Em 2021 os custos unitários do trabalho por unidade produzida aumentaram, 0,5% ou 1,2%, consoante seja medido em função das horas ou do número de indivíduos.

O Rendimento Nacional Bruto (RNB) aumentou 7,3% em valor em 2021

Em 2021, o RNB registou uma variação de 7,3%, que compara com -5,5% em 2020. O crescimento do RNB foi determinado principalmente pelo aumento do PIB nominal e, em menor grau, pelo aumento dos subsídios recebidos do exterior e pela melhoria do saldo dos rendimentos de propriedade com o exterior para -2,2% do PIB em 2021 (-2,5% em 2020).

Figura 5. PIB, RNB e RDB

Ano	PIB		RNB		RDB	
	Valor (10 ⁶ €)	Variação em valor (%)	Valor (10 ⁶ €)	Variação em valor (%)	Valor (10 ⁶ €)	Variação em valor (%)
2011	176 096	-2,0	173 243	-0,4	174 559	-0,1
2012	168 296	-4,4	164 312	-5,2	166 151	-4,8
2013	170 492	1,3	168 213	2,4	170 382	2,5
2014	173 054	1,5	169 513	0,8	172 550	1,3
2015	179 713	3,8	174 892	3,2	178 366	3,4
2016	186 490	3,8	181 960	4,0	185 549	4,0
2017	195 947	5,1	191 348	5,2	195 931	5,6
2018	205 184	4,7	200 173	4,6	204 752	4,5
2019	214 375	4,5	208 806	4,3	213 689	4,4
2020	200 519	-6,5	197 398	-5,5	202 446	-5,3
2021	214 471	7,0	211 875	7,3	218 358	7,9

O Rendimento Disponível Bruto (RDB) aumentou 7,9% em 2021

O RDB da economia registou um aumento de 7,9% em 2021 (variação de -5,3% em 2020), que determinou o crescimento de 16,1% da poupança bruta da economia (diminuição de 9,9% no ano anterior), apesar do aumento de 6,1% da Despesa de Consumo Final em 2021.

O RDB nominal das Famílias atingiu 151,5 mil milhões de euros em 2021, o que representa um aumento de 3,6%, após a redução de 1,1% em 2020. O crescimento do RDB ficou a dever-se ao aumento de 6,0% das



remunerações (0,1% em 2020), que explicam 4,4 p.p. do crescimento do RDB. O saldo positivo dos rendimentos de propriedade registou uma redução de 1,6%, provocada pela diminuição de 2,1% dos rendimentos recebidos. Em sentido oposto, o crescimento em 7,4% dos impostos sobre o rendimento contribuiu em -0,7 p.p. para a variação do RDB.

O RDB ajustado per capita atingiu 16,9 mil euros em 2021, o que representa um aumento de 4,0% relativamente ao ano anterior. Note-se que o RDB ajustado difere do RDB por incluir o valor dos bens e serviços que são adquiridos pelas AP e ISFLSF, mas consumidos pelas Famílias.

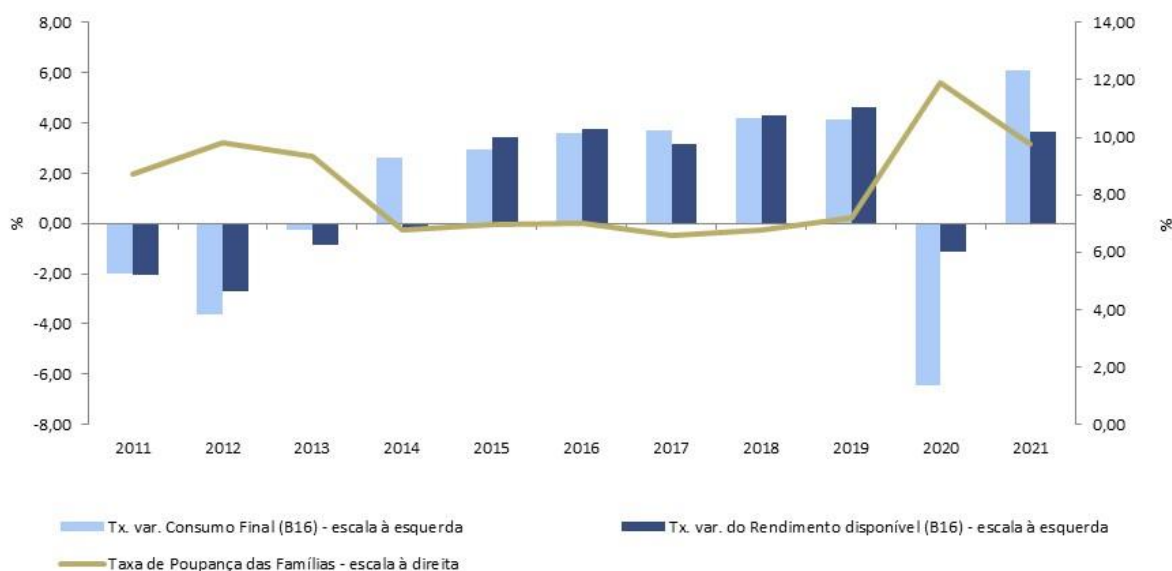
Figura 6. Contributos para a variação percentual do rendimento disponível das Famílias

	Remunerações	Excedente bruto de Exploração / Rendimento Misto	Rendimentos de propriedade líquidos recebidos	Prestações sociais líquidas de contribuições, excluindo Transf. sociais em espécie	Transferências líquidas recebidas	Impostos	Rendimento Disponível
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)=(1)+...+(5) - (6)
2011	-2,5	-0,6	0,4	1,0	0,5	0,7	-2,0
2012	-4,9	0,4	0,6	1,5	-0,8	-0,5	-2,7
2013	0,7	0,2	0,2	0,3	0,5	2,8	-0,9
2014	0,2	0,0	-0,1	-0,5	0,3	0,1	-0,3
2015	1,7	0,1	0,5	0,5	0,5	-0,1	3,4
2016	2,3	0,8	0,1	0,0	0,2	-0,5	3,8
2017	3,7	0,7	-1,2	-0,4	0,4	0,1	3,1
2018	4,1	1,1	-0,5	0,0	0,1	0,5	4,3
2019	3,9	0,9	-0,2	0,0	0,2	0,2	4,6
2020	0,1	-1,1	-1,1	1,4	0,0	0,4	-1,1
2021	4,0	0,4	-0,1	0,1	0,0	0,7	3,6

A Despesa de Consumo Final das Famílias aumentou 6,1% em 2021, que compara com uma diminuição de 6,5% em 2020. O aumento do consumo em 2021 foi superior ao aumento do RDB, o que determinou uma redução de 14,9% da poupança das Famílias e uma taxa de poupança de 9,8% (11,9% no ano anterior).



Figura 7. Taxa de poupança das Famílias



A capacidade de financiamento da economia fixou-se em 0,5% do PIB em 2021

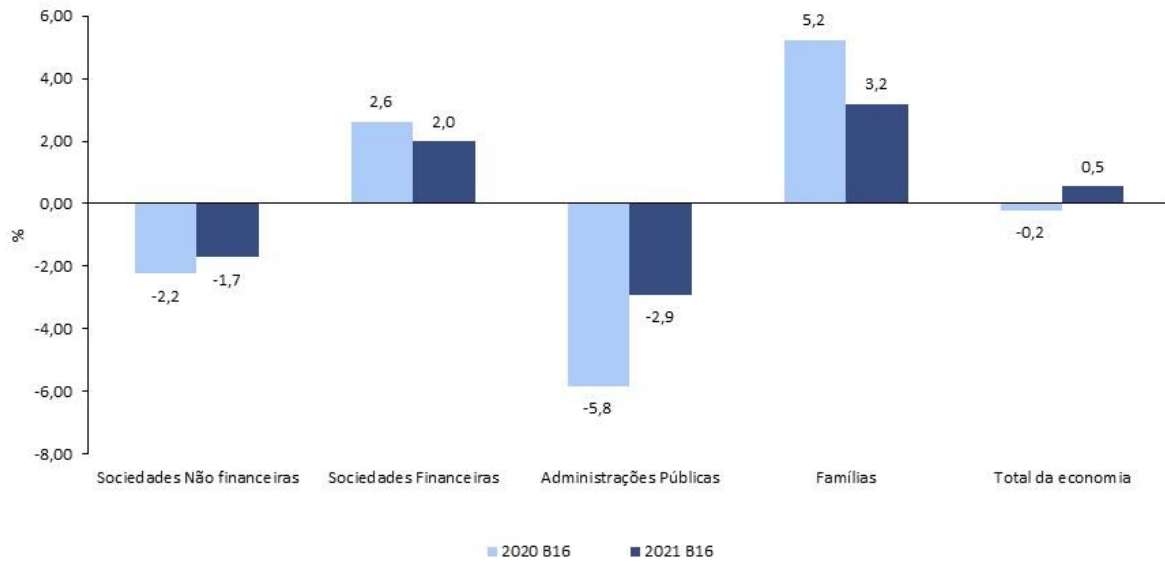
A economia portuguesa apresentou uma capacidade de financiamento de 0,5% do PIB em 2021, após a necessidade de financiamento de 0,2% registada no ano anterior. Este comportamento esteve principalmente associado ao crescimento já referido da Poupança Bruta, ampliado pelo aumento de 81,6% do saldo das transferências de capital com o exterior, que mais do que compensou o aumento de 15,5% da Formação Bruta de Capital. Note-se que o forte crescimento das transferências de capital está relacionado fundamentalmente aos fundos recebidos da UE para apoio a diversas medidas levadas a cabo no âmbito da pandemia COVID-19.

Para o setor das Famílias, a capacidade de financiamento diminuiu para 3,2% do PIB em 2021 (5,2% em 2020), como consequência direta do aumento de 6,1% da despesa de consumo final. O setor das AP registou uma necessidade de financiamento de 2,9% e 5,8% em 2021 e 2020, respetivamente. Esta redução do défice em 2,9 p.p. refletiu sobretudo o aumento da receita com os impostos sobre os produtos, em particular a receita de IVA que aumentou 12,2%.

As Sociedades Não Financeiras registaram uma necessidade de financiamento de 1,7% do PIB em 2021, que representou uma diminuição em 0,5 p.p. face ao ano anterior. Esta evolução do saldo foi determinada pelo aumento da poupança de 33,6%, que mais do que compensou o aumento de 17,8% da Formação Bruta de Capital.



Figura 8. Capacidade (+) / necessidade (-) de financiamento por setor institucional (% do PIB)



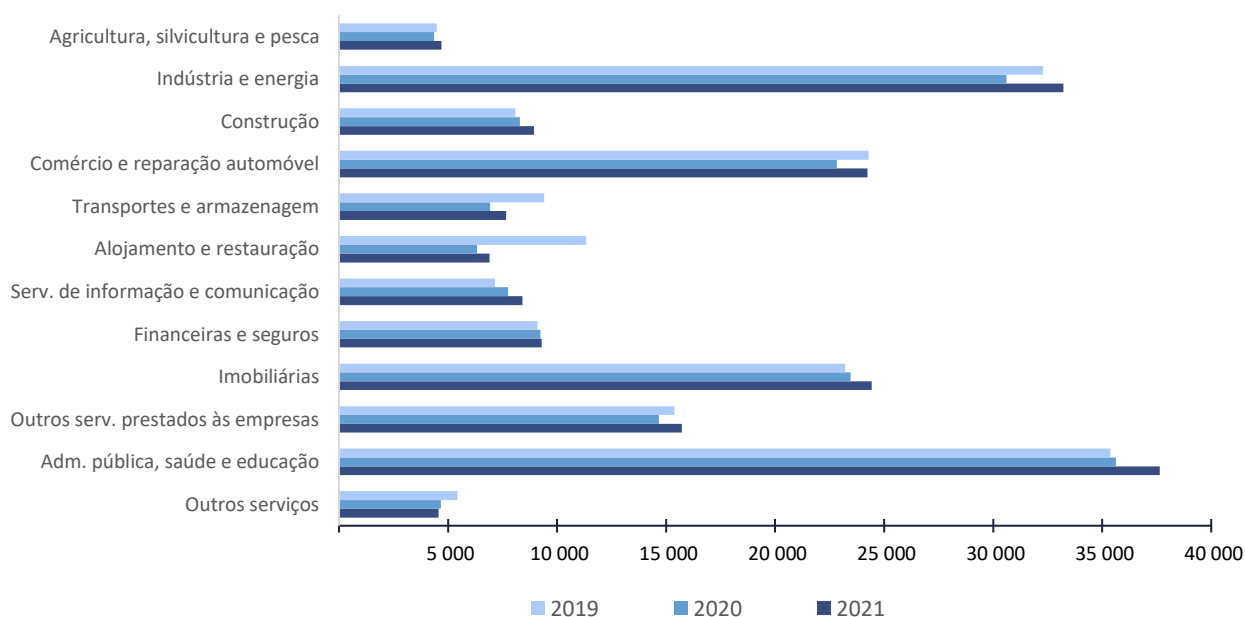


Comparando com 2019, os resultados conjugados de 2020 e 2021 revelam dinâmicas marcadamente distintas do VAB dos grandes ramos de atividade

Após a redução acentuada da atividade económica em 2020, na sequência da crise pandémica COVID-19, o ano de 2021 caracterizou-se por uma forte recuperação. Todavia, nem todos os ramos de atividade económica apresentaram comportamentos idênticos no período acumulado destes dois anos. Tendo por referência o nível nominal do VAB de 2019, como ilustra a figura seguinte, podemos distinguir quatro grupos:

- o grupo em que o VAB aumentou em ambos os anos (2020 e 2021), composto pelos ramos de atividade da *Construção, Serviços de informação e comunicação, Financeiras e seguros, Imobiliárias e Administração pública, saúde e educação*;
- o grupo em que o VAB em 2021 foi superior ao apurado para 2020 e já superior ao valor de 2019 que integra a *Agricultura, Silvicultura e Pesca, a Indústria e energia e os Outros serviços prestados às empresas*;
- o grupo em que o VAB em 2021 foi superior ao apurado para 2020 mas ainda inferior ao valor de 2019, constituído pelos ramos do *Comércio e reparação automóvel* e sobretudo dos *Transportes e armazenagem e do Alojamento e restauração*;
- e, finalmente, o grupo composto exclusivamente pelo ramo de *Outros serviços* em que o VAB se reduziu em 2020 e 2021. Este ramo é particularmente heterogéneo em termos das atividades que agrega, mas que têm em comum corresponderem essencialmente a serviços prestados às famílias, nomeadamente atividades culturais, desportivas e serviços pessoais.

Figura 9. Valor do VAB por ramo de atividade – 2019, 2020 e 2021 (10⁶ Euros)



CONTAS NACIONAIS ANUAIS – 2020 final e 2021 provisório



II – Revisões das estimativas anteriores

Os resultados agora divulgados traduzem uma revisão pouco expressiva do PIB em 2020 (+0,2 p.p. em valor, +0,1 p.p. em volume e +0,1 p.p. no deflador) e uma revisão mais significativa em 2021 (+1,4% em valor, +0,6 p.p. em volume e +0,8 p.p. em preço), como se pode ver na figura 11.

O calendário de compilação das Contas Nacionais, conjugado com a natureza e disponibilidade da informação de base, levam a que as maiores revisões de resultados ocorram entre a versão preliminar (60 dias após o fim do ano de referência) e a versão provisória (em setembro do ano seguinte) das Contas Nacionais, como se tem verificado nos últimos anos⁵. Entre estes dois momentos, entre outras, ficam disponíveis os dados das seguintes fontes de informação:

- A Informação Empresarial Simplificada (IES) que permite obter dados sobre o ano transato baseados nos sistemas contabilísticos do universo das cerca de 500 mil sociedades em Portugal;
- A versão final do comércio internacional de bens;
- A conta geral do Estado;
- Resultados anuais pormenorizados por tipo de despesa e de receita do subsector das administrações públicas locais.

A incorporação dos dados da IES veio a revelar uma maior dinâmica do setor empresarial em 2021 que a inicialmente refletida nos indicadores de curto prazo infra-anuais de natureza amostral. De forma consistente, os dados finais de 2021 do comércio internacional expressaram também uma revisão em alta das Importações de bens. Finalmente, a nova informação sobre as administrações públicas, nomeadamente a respeitante às autarquias locais e às despesas associadas a domínios de saúde pública, vieram a revelar uma despesa de consumo final deste setor mais elevada que a traduzida na informação anteriormente disponível.

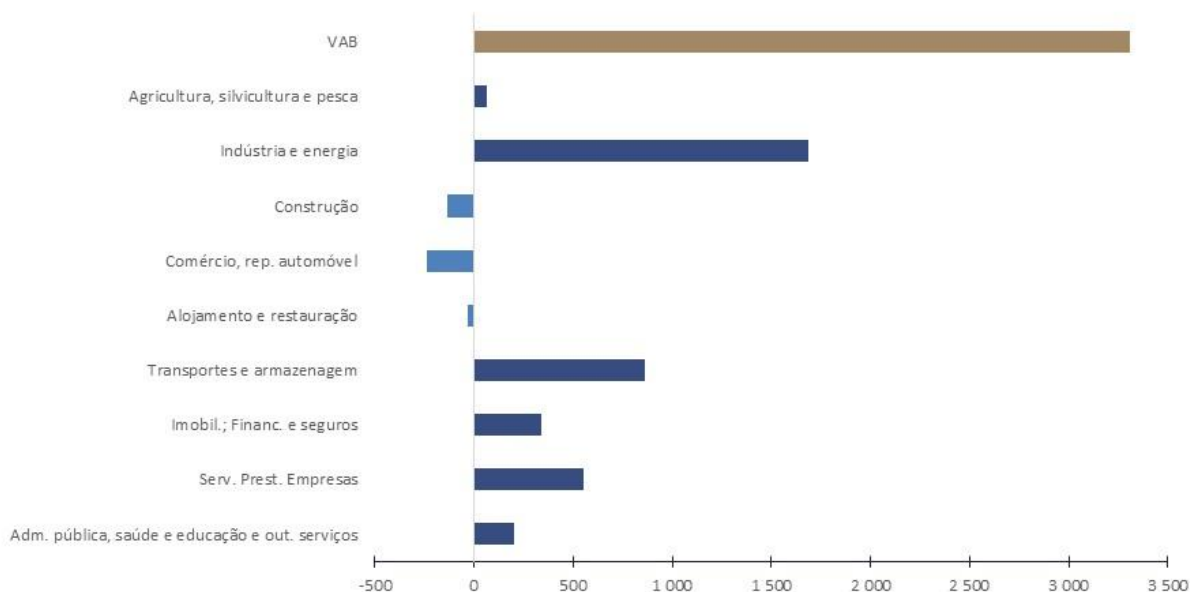
Importa destacar a importância crucial da IES para a elaboração das contas provisórias e finais. Esta fonte abrange totalmente o setor das Sociedades⁶ e permite obter informação de contrapartida para outros setores institucionais, na medida que possibilita inferir relações de transação económica intersectoriais. Estas características determinam, quase invariavelmente, a necessidade de rever as estimativas trimestrais de Contas Nacionais, nomeadamente as referentes ao VAB. Simetricamente ao que se tinha verificado em 2020, ano marcado pelo choque da pandemia, em que a IES apresentou uma contração mais acentuada da economia que a expressa nas estimativas trimestrais preliminares, em 2021 a IES veio revelar uma recuperação económica mais intensa que a inicialmente apurada, com destaque para os ramos *indústria e energia* e *transportes e armazenagem* (ver figuras seguintes) que, no conjunto, foram responsáveis por mais de três quartos da revisão nominal do VAB.

⁵ Nos últimos anos, em que a versão provisória das Contas Anuais passou a integrar diretamente a informação da IES, a revisão entre as versões provisória e final foi de 0,2 p.p..

⁶ Além das sociedades, abrange ainda algumas outras entidades que, em Contas Nacionais, são classificadas noutros setores institucionais, nomeadamente algumas empresas que, em função das suas características, são classificadas nas Administrações Públicas.



Figura 10. Revisão nominal do VAB 2021 (10⁶ euros)



Como mostra o quadro seguinte, a *indústria e energia* e os *transportes e armazenagem* apresentaram revisões nas taxas de variação nominal de 4,5 p.p. e 2,4 p.p., contribuindo, no conjunto, com 1,2 p.p. para a revisão (1,6%) do VAB total. Note-se que, no primeiro caso, o resultado reflete variações mais intensas dos deflatores implícitos que as captadas na compilação das contas preliminares; enquanto no segundo caso a forte revisão se deveu à dificuldade de através de indicadores de curto prazo amostrais captar a mudança de sinal do VAB que, nalgumas unidades relevantes, terá passado de negativo em 2020 para positivo em 2021.

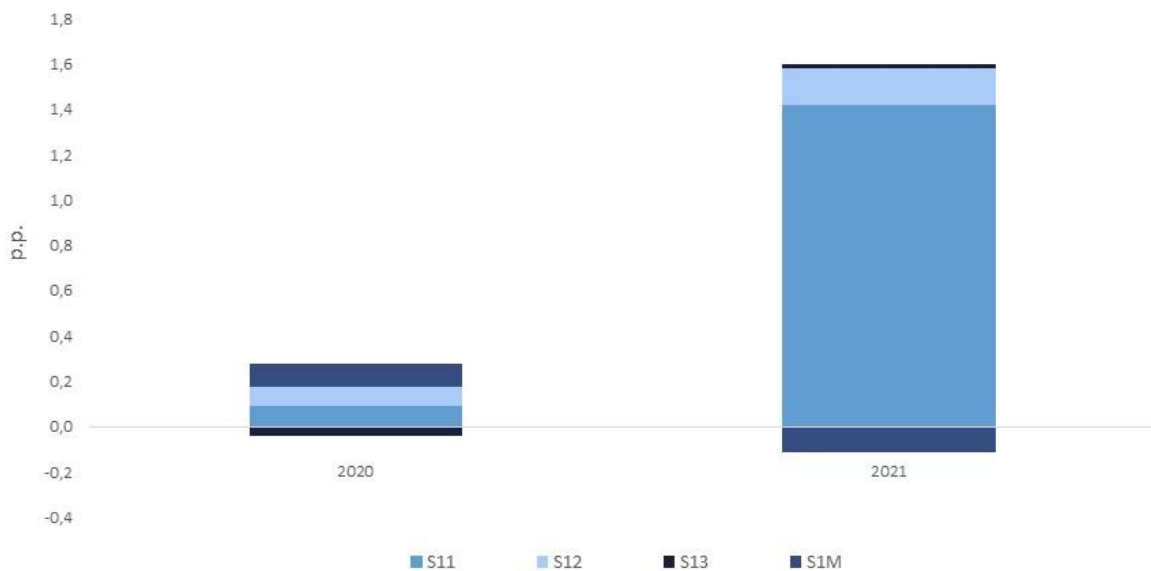
Figura 11. Revisão das taxas de variação do PIB e suas componentes – ótica da produção

	Valor da revisão (10 ⁶ €)		Variação valor (revisão p.p.)		Variação volume (revisão p.p.)	
	2020	2021	2020	2021	2020	2021
Valor Acrescentado Bruto	458	3 307	0,3	1,6	-0,6	0,5
Agricultura, silvicultura e pesca	147	65	3,3	-2,2	2,6	-1,1
Indústria e energia	312	1 687	1,0	4,5	0,1	1,9
Construção	- 146	- 135	-1,8	0,2	-3,0	0,8
Comércio e reparação automóvel	- 491	- 239	0,0	-2,0	0,0	-2,3
Alojamento e restauração	92	- 30	0,8	-2,1	3,1	-0,3
Transportes e armazenagem	217	862	0,0	2,4	0,0	-8,1
Serviços de informação e comunicação	82	23	1,1	-0,8	3,5	1,4
Financieiras e seguros	189	340	2,1	1,6	2,9	3,2
Imobiliárias	- 63	2	-0,3	0,3	-1,2	-0,3
Outros serviços prestados às empresas	531	529	3,4	-0,3	3,4	-0,5
Administração pública, saúde e educação	- 390	640	-1,1	2,9	-1,9	0,8
Outros serviços	- 21	- 435	-0,3	-8,8	-0,3	-9,3
Impostos líquidos de subsídios aos produtos	- 40	57	-0,1	0,4	4,5	1,5
Discrepância	12	- 172	0,0	0,0	0,0	0,0
Produto Interno Bruto	431	3 193	0,2	1,4	0,1	0,6



Analisando por setor institucional (figura seguinte), o setor das Sociedades não Financeiras foi responsável por cerca de 96% da revisão total do VAB em 2021. Como referido previamente, esta revisão resulta fundamentalmente da incorporação da informação da IES, que foi disponibilizada pelas empresas em julho de 2022 e integrada na compilação das Contas provisórias de 2021. Também o VAB das Sociedades Financeiras e das Administrações Públicas foi revisto em alta, embora de forma pouco expressiva, especialmente as últimas. Em sentido contrário, apenas o setor das Famílias foi revisto em baixa.

Figura 12. Contributos para a revisão do VAB (pontos percentuais) – Setor Institucional



Em consequência das revisões do PIB na ótica da produção, também na ótica da despesa foi necessário reavaliar as suas componentes (ver figura seguinte), concentrando a Formação Bruta de Capital o maior contributo para a revisão nominal do PIB (4,3 p.p.). Parte desta revisão (cerca de 1/3) encontra-se refletida em variação de existências, correspondendo a reposição de stocks, que se reduziram no ano anterior. Com efeito, o acesso a informação mais detalhada indica um aumento significativo na constituição de stocks, sendo particularmente acentuada em produtos cujos preços subiram fortemente em 2021, como é o caso dos metais de base e combustíveis. Embora com menor magnitude, é de assinalar também a revisão em alta da Despesa de consumo final das Administrações Públicas em 2021, proveniente fundamentalmente da revisão em alta das contas da saúde e da Administração local. A revisão das exportações provem da sua componente de serviços, enquanto das importações tem origem nos bens, com impacto aliás na despesa de investimento.



Figura 13. Revisões do PIB e suas componentes – ótica da despesa

	Valor da revisão (10 ⁶ €)		Variação valor (revisão p.p.)		Variação volume (revisão p.p.)	
	2020	2021	2020	2021	2020	2021
Despesa de consumo final das famílias e ISFLSF	- 38	328	0,0	0,3	0,1	0,2
Despesa de consumo final das AP	- 269	241	-0,1	1,4	0,0	0,5
Formação bruta de capital	811	2 544	0,4	4,3	0,1	2,2
Exportações de bens e serviços	189	390	0,1	0,2	-0,1	0,4
Importações de bens e serviços	262	310	0,1	0,0	0,1	0,2
Produto Interno Bruto a preços de mercado	431	3 193	0,2	1,4	0,1	0,6

A capacidade de financiamento da economia foi revista 0,2 p.p. em baixa

O quadro seguinte apresenta os principais resultados obtidos com as contas finais de 2020 e provisórias de 2021, bem como os resultados da versão anterior publicada a 24 de junho. Em 2020, verificaram-se revisões pouco expressivas nos agregados relativos ao total da economia, mantendo-se inalterada a Necessidade de Financiamento da economia em 0,2% do PIB. Todavia, verificou-se uma recomposição entre os setores internos, com o setor dos Particulares a apresentar resultados menos favoráveis, com a taxa de poupança e a capacidade de financiamento a fixarem-se em 11,9% do RDB e 5,2% do PIB (menos 0,7 p.p. e menos 1,0 p.p., respetivamente, que os resultados anteriormente divulgados). Note-se que uma parte significativa desta revisão se deveu à reavaliação em baixa dos dividendos distribuídos pelas Sociedades e recebidos pelas Famílias enquanto detentoras de parte do capital.

Em 2021 os principais agregados para o total da economia foram revistos em alta, em grande medida em consequência da própria revisão nominal do PIB, como explicado anteriormente. No entanto, a capacidade/Necessidade de Financiamento da economia reduziu-se em 0,2 p.p. fundamentalmente devido ao crescimento da FBCF mais intenso que o anteriormente estimado.

A taxa de poupança dos Particulares e sua Capacidade de financiamento foram ambas revistas 0,9 p.p. em baixa, fixando-se em 9,8% do RDB e em 3,2% do PIB, respetivamente. A menor taxa de poupança ficou a dever-se principalmente à revisão em baixa dos rendimentos de propriedade, da participação líquida das famílias nos fundos de pensões e, em menor grau, das remunerações recebidas e à revisão em alta da despesa de consumo final das famílias e dos impostos correntes sobre o rendimento, património e similares.



Figura 14. Indicadores para a economia portuguesa

	2020	2021
RNB (taxa de variação)	-5,5	7,3
<i>resultados anteriores</i>	<i>-5,7</i>	<i>6,0</i>
RDB (taxa de variação)	-5,3	7,9
<i>resultados anteriores</i>	<i>-5,5</i>	<i>6,7</i>
Poupança Bruta (taxa de variação)	-9,9	16,1
<i>resultados anteriores</i>	<i>-12,2</i>	<i>12,2</i>
Taxa de Poupança dos Particulares (% do RDB)	11,9	9,8
<i>resultados anteriores</i>	<i>12,6</i>	<i>10,7</i>
Rendimento Disponível dos Particulares (taxa de variação)	-1,1	3,6
<i>resultados anteriores</i>	<i>-0,9</i>	<i>3,7</i>
Formação Bruta de Capital Fixo (taxa de variação)	-0,8	13,2
<i>resultados anteriores</i>	<i>-1,6</i>	<i>9,8</i>
Capacidade/Necessidade de Financiamento em % do PIB:		
Particulares	5,2	3,2
<i>resultados anteriores</i>	<i>6,2</i>	<i>4,3</i>
Total da Economia	-0,2	0,5
<i>resultados anteriores</i>	<i>-0,2</i>	<i>0,7</i>